

Salazarismo no feminino

Irene Flunser Pimentel, *História das Organizações Femininas no Estado Novo*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores e autora, 2000.

1. Fruto de uma tese de mestrado defendida em 1997 e completada nos anos seguintes com recurso a novas fontes, que só a partir de finais de 1998 se tornaram disponíveis (v. adiante), tem este livro três capítulos centrais:

- No primeiro, intitulado «O Estado Novo e as mulheres», Irene Pimentel escreve sobre o que Salazar pensava delas e da função social de esposas e mães em que gostaria de as ver absorverem-se; e também sobre a situação desfavorável por elas ocupada no mercado de trabalho, onde o salazarismo não gostava de as ver (tema do «regresso ao lar»), bem como sobre as políticas natalista e assistencial do regime salazarista, às quais as ditas organizações foram associadas; e, enfim, sobre a política educativa: do arranque altamente ideológico de Carneiro Pacheco, suspeito de estatolatria, à luta de Pires de Lima contra a invasão feminina dos corpos docentes e discentes e à diversa atitude de Francisco Leite Pinto e sobretudo de Inocêncio Galvão Teles, perante uma galopante feminização. De longe a mais curta, e limitando-se a passar em revista investigações alheias, esta parte ainda é introdutória, destinada a situar as seguintes no quadro geral em que as organizações em apreço se inscreveram e contra o qual frequentemente esbarraram, como adiante se dirá;
- Nos outros dois capítulos, a autora entra de veras no seu assunto, desbravando, sucessivamente, as histórias da OMEN, *Obra das Mães pela Educação Nacional*, e da MPF, *Mocidade Portuguesa Feminina*, num trabalho pioneiro. Cabe reparar em que — como, de resto, ela

* Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

mesma observa — as duas organizações foram do Estado Novo, criadas em 1936 e 1937 pelo ministro da Educação Carneiro Pacheco e mantidas depois sob estreita tutela estatal, ao contrário de organizações «como o Movimento Nacional Feminino ou a Secção Feminina da Cruz Vermelha, existentes no Estado Novo»¹, que lhe não pertenceram nem foram propriamente criaturas dele, embora as tenha feito servi-lo. Ora, excluindo Irene Pimentel expressamente estas últimas do seu campo de análise², parece que o título do seu livro incorre num lapso (no por do) ao não reflectir aquele distinguo nem esta exclusão. Mas não vem daí grande mal.

2. Falei atrás em desbravar e é disso ou de começar a preencher uma lacuna que no plano narrativo (há outro e já lá irei) se trata, num trabalho que, não pretendendo ser exaustivo, colige e ordena muita indispensável informação; por este lado, inscreve-se no movimento académico que, por mestrados e doutoramentos, se vem nos últimos anos desentranhando em valiosas monografias relativas a variados aspectos e a múltiplos sectores do regime salazarista, muito contribuindo tanto para o conhecimento dos seus meandros como para uma melhor compreensão do que ele foi, fez e significou na história no nosso século xx. Irene Pimentel dedica cerca de cem páginas à OMEN e umas duzentas à MPF, páginas grandes e frequentemente enormes, dadas as longas e por vezes suculentas notas que as adornam, em tipo minúsculo. Assim, a leitura nem sempre é fácil, exigindo muita atenção e convidando a tomar notas, chegando o texto a ser profuso; mas hesito em criticá-lo por isso: ao explorar domínios extensos e complicados há uma profusão necessária e mais vale arriscar excessos informativos do que pecar por defeito.

Outra censura possível diz respeito a certas repetições, mas também aqui convém matizar, já que algumas resultam de uma correcta opção da autora, que decidiu tratar a MPF de costas por via de regra voltadas para a MP masculina — animada por outro espírito — e aproximando-a, pelo contrário, da OMEN, com a qual teve muito mais em comum: dela dependendo ao nascer, dela recebendo dirigentes — tão importantes como a crónica presidente Maria Guardiola, Maria Joana Mendes Leal e Maria Luiza Vanzeller — e com ela acabando por (contra a ideia inicial) dividir funções, ao concentrar-se na acção educativa, enquanto a OMEN se dedicava sobretudo a tarefas de natureza assistencial. Mas adiante.

¹ V. Irene F. Pimentel, *História das Organizações Femininas no Estado Novo*, p. 9.

² Id., *ibid.*

3. Em princípio, a obra de Irene Pimentel cobre «o período entre 1936, ano da criação da OMEN, e 1966, ano em que o ministro Inocêncio Galvão Teles reestruturou as mocidades, diminuindo o seu poder e âmbito de actuação em favor da instituição escolar e [transformando-as] em associações de actividades circum-escolares»³: de todo esmorecidos já os originários ardores ideológicos, que no caso da MPF nunca tinham sido enormes; e tendo-se progressivamente perdido o carácter obrigatório das ditas organizações juvenis. Mas, enfim, a autora não se coíbe de andar para trás e para a frente desses marcos temporais: recuando-os quando precisa de enraizar a sua narrativa na geral atitude do Estado Novo para com as mulheres ou de situar a MPF e a OMEN perante outras associações femininas, estrangeiras e nacionais; e avançando até 1974-1975, altura em que ambas foram «extintas pelo MFA, na sequência do golpe militar de 25 de Abril»⁴, para dar uma ideia mais sucinta do que foi a sua fase final. E ainda bem que se alargou, pois de outro modo não teríamos o que temos: o esboço, bem interessante, de uma história completa das duas organizações. A um estudioso do salazarismo que nunca, no entanto, se debruçou sobre a área em apreço não compete avaliar em profundidade o histórico rigor da narração que examinou. Limitar-me-ei, pois, a recensear alguns motivos do seu interesse, sem deixar, ao fazê-lo, de manifestar aqui e ali perplexidades ou insatisfações. Depois, e a terminar, terei de examinar as conclusões que Irene Pimentel extrai da contemplação dos materiais expostos: à uma, as que dizem directamente respeito à MPF e à OMEN; à outra, aquelas com que deseja «contribuir para uma melhor caracterização do Estado Novo»⁵, no que me parece a parte mais fraca do seu trabalho. Outra insatisfação maior resulta da escassez e do carácter elíptico da informação prestada aos leitores acerca das principais fontes primárias utilizadas pela autora. Da introdução⁶ parece depreender-se que uma parte dos arquivos da MPF e da OMEN se extraviou depois do 25 de Abril e que a restante não foi lá muito bem tratada, manifestando-se Irene Pimentel assaz compreensiva perante este último facto, que não cabe a historiadores condenar nem perdoar, sem nos esclarecer onde é que as falhas constatadas prejudicaram o seu trabalho e se muito ou pouco. E depois, no corpo da obra, outras perplexidades nos assaltam quando ela nos refere não ter tido acesso a importantes relatórios de reitoras do Liceu de Maria Amália Vaz de Carvalho, uma delas nada menos do que Maria Guardiola, líder da MPF durante mais de trinta anos⁷; ou quando não

³ Id., *ibid.*, pp. 10-11.

⁴ Id., *ibid.*, p. 11.

⁵ Id., *ibid.*, p. 13.

⁶ Id., *ibid.*, pp. 11-13.

⁷ Id., *ibid.*, p. 281.

fundamenta a afirmação de que «muitas professoras tentaram esquivar-se a prestar o serviço obrigatório na MPF, havendo-as, inclusivamente, que trocaram o ensino de português e história pelo de inglês para não serem escolhidas para as actividades de formação nacionalista»⁸. Não duvido de que tal acontecesse, no quadro das múltiplas e persistentes resistências opostas pelas escolas à organização juvenil salazarista, resistências essas bem documentadas na obra que estou a recensear. Só falo neste caso por admitir que essa afirmação provém de uma fonte oral que seria bom identificar. No seu lacónico parágrafo sobre fontes, Irene Pimentel confia-nos que, tendo inicialmente planeado realizar uma série de entrevistas com dirigentes e filiadas das organizações que estudou, se decidiu a só incluir «depoimentos recolhidos em duas entrevistas, uma das quais com uma antiga dirigente da MPF»⁹. A outra não diz, pelo menos neste passo, quem é¹⁰, e também não esclarece por que razão mudou de plano nem define o critério das excepções contempladas. É pena, e não rima com certas qualidades que o livro tem.

4. A História das Organizações Femininas no Estado Novo abunda em fotografias (de acções colectivas e de pessoas individuais), das quais se evola um intenso perfume de tempos idos; e contém outrossim algumas fotocópias¹¹, que se gostaria fossem mais, de boletins da MPF, da Menina e Moça, sua revista, da página feminina do Nacional Sindicalista dos camisas azuis de Rolão Preto, fotocópias bem legíveis e onde se pode, por exemplo, aprender o modo correcto e gracioso de pôr o chapéu da Mocidade Portuguesa do Estado Novo ou comungar com a angústia de Maria Joana Mendes Leal, dirigente nacional da MPF, ao não ver nas lusas praias em 1940 (ano dos centenários), durante dias e dias, «um único fato de banho que obedecesse às regras da moral», apenas se lhe deparando o penoso espectáculo «de uma nudez sem pudor a exhibir-se em maillots inconvenientíssimos e tanta imoralidade de costumes a ostentar-se nos banhos de sol», até que numa bela manhã solarenga e leda lá se lhe deparam «algumas raparigas com os fatos de banho aprovados pela Mocidade Portuguesa Feminina! Queridas raparigas¹²!» Nesta linha de coisas que hoje dificilmente se entendem, Irene Pimentel, no corpo do seu texto, é muito generosa a citar, quer se trate do

⁸ Id., *ibid.*, p. 254, nota 1.

⁹ Id., *ibid.*, p. 13.

¹⁰ Quanto à antiga dirigente da MPF, trata-se de Manuela Saraiva, expressamente nomeada a pp. 241, nota 1, 281, nota 1, e 409.

¹¹ V. pp. 97, 278-279, 298-299, 315, 339, 341, 347 e 369.

¹² V. «Carta aberta — queridas raparigas», de Maria Joana, in *Boletim da MPF*, n.º 17, Setembro de 1940.

amor em Portugal¹³, da luta estrénuo empreendida pelas dirigentes da MPF contra a má literatura e muito em especial contra o mau cinema¹⁴, da definição de «jovens-tipo»¹⁵ ou da casuística gimnodesportiva tendente a postergar aqueles exercícios susceptíveis de «ofenderem a delicadeza do pudor feminino»¹⁶; para já não reincidirmos na temível problemática das praias, pesadelo de todos os verões... Permanecendo no terreno da ginástica e do desporto, convém notar que as preocupações de Carneiro Pacheco, criador, como já se disse, da OMEN e da MPF, visavam muito mais do que o simples pudor. Tratava-se também de evitar que as jovens se masculinizassem e ainda, vastamente, de lutar «contra o paganismo e pela moral cristã», assim como contra «uma ginástica meramente apolínea», quiçá benéfica para a saúde física, mas que «pode[ria] transformar-se em culto do corpo»¹⁷.

Tudo visto e considerado, os desportos aprovados pela MPF no seu plano de 1940 foram o voleibol, o basquetebol, o ténis, a natação, a vela, o remo, a equitação e o esqui, desde que praticados com a «necessária moderação»¹⁸. Porém, esta simples enumeração de modalidades, a que outras,

¹³ V. Irene Pimentel, op. cit., p. 319. É o amor de Júlia, personagem principal do filme Ala Arriba, rapariga genuinamente portuguesa, capaz de todos os heroísmos», que em troca só queria «o amor de Deus e do pai dos seus filhos [...] É assim o amor em Portugal. Tudo o mais é falsificação do amor importado do estrangeiro por todas as classes sociais vindas de lá depois da guerra de 1914»; e culpa também da urbanização: «As cidades sofrem deste mal; mas o cinema, a rádio, o romance, o figurino e o êxodo das aldeias para Lisboa têm desnacionalizado o país.» Autora desta prosa foi Mary Forbes, como o nome indica, uma lusitana dos quatro costados (in Boletim da MPF de Março de 1943).

¹⁴ Id., ibid., pp. 320-321, onde se vê Maria Guardiola, presidente da MPF, levar o zelo a denunciar também ao governo uma revista de cinema (Cine Romance) e algumas outras de «baixa literatura» (Pimpinela, Andorinha, Serviço Secreto, Bisonte, Rosa, Madrepérola, Camélia, Orquídea e Amorzinho), culpadas de iniciarem precocemente as jovens «a uma problemática erótica para a qual não estão preparadas».

¹⁵ Id., ibid., p. 350. Trata-se de um artigo de Maria Mercier publicado na Menina e Moça em 1960 e intitulado «Diz-me onde habitas e dir-te-ei quem és». Desde a jovem que habita «casa antiga apalaçada», lancha na Bénard, passa férias na Granja, joga ténis, monta a cavalo, bebe chá, só casa com um rapaz de fina extracção e quer que tudo continue na mesma; até à que mora «num quarto andar sem elevador», lancha numa leitaria modesta, anda de bicicleta, tem férias na outra banda, bebe vinho, casa com um boémio e deseja vir a ter um automóvel; passando pelos registos intermédios da moça que vive em «andar de um prédio moderno» e da que mora num «estúdio género americano». Segundo M. Mercier, não se sabe bem porquê, a primeira vai a banhos no Estoril, casa com rapaz em situação instável e aspira a que a convidem para recepções diplomáticas. A segunda não tem férias, desposa um burguês e sonha com uma viagem a Paris para conhecer Montparnasse...

¹⁶ Id., ibid., p. 202. Mas a citação é extraída do estatuto da MPF, Decreto n.º 28 262, de 8-12-1937.

¹⁷ V. Carneiro Pacheco, Portugal Renovado, pp. 221-222, cit. por I. Pimentel, op. cit., p. 200.

¹⁸ V. Irene Pimentel, op. cit., p. 305.

como o andebol e o badminton, viriam a somar-se alguns anos mais tarde — e a cuja prática convirá acrescentar as do campismo, da dança rítmica e das danças regionais, o que, tudo somado, configurou um campo assaz vário, onde seria difícil prevenir toda e qualquer promissora infiltração de Apolo e de Dioniso —, esta simples enumeração, dizia, já anunciava uma expansão desportiva indiferente, quando não contrária, às cláusulas a que os fundadores pretenderam submetê-la. Como diz a nossa autora¹⁹, foi através dos desportos «que a organização feminina se tornou mais atractiva, até porque algumas actividades de carácter elitista — como o ténis e a equitação — passaram a ser praticadas por filiadas da pequena burguesia ‘remediada’ que [de outro modo] a elas nunca teriam tido acesso». Sucedendo também, por outro lado, que a MPF, à qual coube até 1966 orientar a educação física escolar, nomeando as respectivas professoras, suscitou a resistência de directoras dos estabelecimentos de ensino, que preferiam pessoal docente formado pelo INEF às educadoras da MPF, por elas consideradas incompetentes. Mas o problema das relações entre as escolas e a organização juvenil feminina fica para mais adiante.

5. Outra coisa boa no livro que estou a percorrer prende-se com a sua opção de nomear sistematicamente as (e os, em se tratando de membros do governo) responsáveis pelos feitos e defeitos em que nos está a falar, dedicando até a uma boa dúzia das principais, em apêndice, pequenas mas úteis notas biográficas²⁰ e citando com frequência discursos que pronunciaram, artigos que escreveram, queixas que a quem de direito fizeram, projectos que acalentaram, cartas que enviaram a Salazar... De modo que ficamos de certo modo a conhecê-las e a poder às vezes pressentir o que as motivou e também, num plano menos propício à divagação, a conhecer a extracção social delas, bem como a íntima ligação de algumas ao regime salazarista (patente, por exemplo, nos casos de Maria Guardiola e Domitília de Carvalho, que tomaram assento na Assembleia Nacional) ou a dirigentes seus — e este foi o caso de muitas figuras da OMEN casadas com membros do governo salazarista ou outros altos dignitários civis ou militares que enxamearam na primeira junta central da organização: Isabel Ortins de Bettencourt, Isabel Teotónio Pereira, Maria Amélia Costa Leite (Lumbralles), presidente dessa junta até 1974, Maria Felicidade Passos e Sousa, Anunciação Lopes Mateus,

¹⁹ Id., *ibid.*, p. 307.

²⁰ Id., *ibid.*, pp. 417-424. Mais precisamente, essas senhoras são em número de catorze — entre elas se contando as condessas das Rilvas e de Penha Garcia, presidentes da OMEN de 1936 a 1945 e de 1945 a 1974, respectivamente, bem como Maria Guardiola e Maria Joana Bidarra de Almeida, comissárias nacionais da MPF de 1936 a 1968 e de 1968 a 1974 (primeiro interina e depois efectiva), respectivamente; e ainda Maria Luiza Vanzeller, Maria Joana Mendes Leal, Ester de Lemos, Teresa Leitão de Barros e Domitília de Carvalho, que com Guardiola e Cândida Parreira constituiu o grupo das três primeiras deputadas portuguesas.

Maria Camila Carneiro Pacheco, Maria José Nobre Guedes, Maria da Glória Caeiro da Mata²¹...

Contemplando esta lista, Irene Pimentel vê nela não só mais uma prova de que a OMEN foi criada «a partir de cima» (conclusão que me não passa pela cabeça refutar), mas também um sinal «de que não pretendeu mobilizar mulheres com actividade pública ou espírito de iniciativa anteriores», afirmando peremptoriamente que, «longe de serem militantes de uma causa, essas esposas limitar-se-iam, esperava o regime, a integrar passivamente as listas da OMEN e a transmitir no espaço feminino a ideologia que os maridos aplicavam no espaço público nacional»²². Mas, à luz da informação pela nossa autora honestamente fornecida, não me parece que se deva fazer das origens da OMEN (nem das do Estado Novo...) uma ideia tão simples e tão preconcebida. Claro que da junta central, espécie de comissão de honra com cinquenta membros, nunca se terá esperado que se desunhasse no plano da acção. Mas ao contemplarmos a primeira comissão executiva²³ o discurso muda de figura, pois aí vemos — ao lado da presidente, condessa das Rilvas, «influenciada pelo movimento católico francês e belga» — Maria Fernanda d'Orey, dirigente escutista, Maria Guardiola, que, formada em Matemática, já era reitora do mais importante liceu feminino de Lisboa, Maria Luiza Vanzeller, assistente da Faculdade de Medicina e dirigente da Acção Católica, Maria Joana Mendes Leal, membro da direcção da JICF (Juventude Independente Católica Feminina) e vice-presidente da Acção Católica Internacional; e, mais tarde (a partir de 1939), a condessa de Almoester, que em 1936 militava na associação feminina de apoio aos nacionalistas espanhóis. As condessas foram, de resto, marcantes na OMEN, onde, além das já nomeadas, também encontramos, que me lembre ao correr da pena, as de Monte Real, dos Olivais, de Valenças e de Penha Garcia, presidente esta última desde a morte da sua antecessora (em 1945) até ao fim. E os nomes aristocráticos ou de ressonância monárquica não são só os destas titulares. Volte o leitor aos da junta central acima referidos e logo encontrará mais alguns...²⁴.

Irene Pimentel deve ter razão ao dizer que outras mulheres, «muitas delas solteiras [... e] licenciadas», que também pertenceram à OMEN inicial (e

²¹ Id., *ibid.*, pp. 126-127. Entre as vogais da OMEN nomeadas em 1936 contavam-se ainda, por exemplo, Lúcia Infante de la Cerda Monteiro, Maria da Conceição Diniz da Fonseca, Maria Serras e Silva Soares da Fonseca e Maria Rosa Neves Duque e ainda Felismina de Oliveira, ao que parece uma antiga namorada de Salazar.

²² Id., *ibid.*, p. 128.

²³ Id., *ibid.*, pp. 126-127.

²⁴ Entre os quais se não contam, curiosamente, nomes ducais nem de marquesas: Braganças, Palmelas, Cadavais, Lavradios, Loulés... Talvez esta ausência não seja devida a simples acaso.

algumas nunca deixariam formalmente de lhe pertencerem) acabaram por exprimir «noutros espaços, nomeadamente... na MPF»²⁵, a sua maior capacidade de acção. Mas parece muito mais provável que isso tenha ocorrido como resultado de um processo político envolvendo contrastantes visões e interesses do que como fruto da intenção apriorística de entregar a OMEN a uma «elite que era por assim dizer 'elitista'... [e] estática», decididamente predestinada a fazer com que no seio da organização não houvesse «nem mobilidade social ascendente nem renovação e rejuvenescimento de quadros»²⁶, querendo que ela actuasse quase exclusivamente junto das mulheres adultas (com as jovens entregues à escola e à MPF), no sentido «de manter as mães pobres [...] exclusivamente mobilizadas para a maternidade prolífica»²⁷ e encerradas no espaço do lar, ao qual se faria sempre que possível regressar as que dele nunca deveriam ter saído. Ora, é verdade — a fazer fé em análises de Irene Pimentel a meu ver correctas — que a história da OMEN, bem mais apagada do que a da MPF, acabou por correr bastante na direcção acabada de referir. Mas, de acordo com o que ela própria nos conta, tal não era a intenção de uma parte das mulheres que estiveram no seu lançamento, parte essa demasiado numerosa e diversificada para podermos considerá-la pouco significativa: às militantes católicas atrás citadas e às futuras deputadas Domitília de Carvalho e Cândida Parreira cumpre aqui acrescentar²⁸; por um lado, algumas senhoras a quem Irene Pimentel chama feministas «republicanas», como Maria José Cabeçadas, «familiar de Mendes Cabeçadas», e Regina Quintanilha, «a primeira portuguesa licenciada em Direito», que pertenceu simultaneamente à OMEN e ao CNMP, Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas; e, por outro lado, algumas «ao mesmo tempo feministas e 'nacionalistas' próximas do regime», como a já referida Cândida Parreira e a professora Teresa Leitão de Barros, também ela pertencente ao CNMP de cuja assembleia geral foi presidente. Embora lhe pareça que não, Irene Pimentel chega a aventar a hipótese de ter havido no CNMP uma tática «entrista» visando a OMEN, da qual apenas as «mulheres anteriormente apontadas como nacional-sindicalistas, vanguardistas ou legionárias terão estado de todo ausentes; e vê nesta ausência ou exclusão outro sintoma de «uma vontade expressa de não 'aproveitar' aquelas com veleidades de militância política que, além do mais, eram 'plebeias' e não pertenciam à elite do regime», embora defendessem, relativamente à política feminina, uma doutrina próxima da do Estado Novo²⁹. À luz do que precede, eis o que se

²⁵ V. Irene Pimentel, op. cit., p. 128.

²⁶ Id., *ibid.*, p. 132.

²⁷ Id., *ibid.*, p. 133.

²⁸ Id., *ibid.*, pp. 128-129.

²⁹ Id., *ibid.*, p. 128.

afigura — repito — demasiado esquemático e simplista. O que os dados fornecidos nos sugerem é que a OMEN foi objecto de uma luta política cujos precisos contornos por ora nos escapam (e não seria de exigir a Irene Pimentel que tudo apurasse num primeiro ensaio), luta essa na qual a rivalidade entre monárquicos e republicanos deve ter-se manifestado — numa altura em que, conta Marcello Caetano, ela também decorria no seio do governo³⁰ —, mas não ousou sustentar que tenha sido isso o que mais contou. Eis algo por estudar.

De qualquer modo, a própria condessa das Rilvas (Elisabeth d'Aubignac Bandeira de Melo, francesa de nascimento) também não surge, na prosa de Irene Pimentel, como a pessoa desprovida de ideias próprias e dócil instrumento de uma política preconcebida por altíssimas esferas do regime. E se a acção da OMEN consistiu principalmente na «gestão de cantinas das escolas primárias em Lisboa e no Porto e cursos de puericultura e de formação familiar no meio rural», tendo as suas «iniciativas mais visíveis» acabado por consistir nas «Semanas da Mãe, com distribuições de berços e enxovais e prémios às famílias numerosas»³¹ — o que tudo teve um ar de caridade quase sempre muito modesta e pontual³² —, não é menos verdade que esta condessa, «convidada por Salazar a intervir no I Congresso da União Nacional (1934), onde apresentou uma tese sobre assistência técnica em que apelou à criação de escolas de serviço social», também presidiu à Associação do Serviço Social criada pela Igreja, que lhe pegou na ideia em 1935; e lutou, enquanto presidente da OMEN, «contra adversários no seio do regime» que pretendiam (e pelos vistos acabaram conseguindo) atribuir a esta última organização «um pendor assistencial», reduzindo-lhe drasticamente a acção educativa³³, tal como drasticamente lhe reduziram, ao autonomizarem a MPF, o alcance de tudo quanto a Obra das Mães pela Educação Nacional viesse a fazer.

Em suma, o que aconteceu foi acontecendo politicamente, ou seja, algo aleatoriamente, fruto da evolução registada em relações de poder, e não de

³⁰ V. Marcello Caetano, *Minhas Memórias de Salazar*, Lisboa, Editorial Verbo, 1977, p. 108. De acordo com este autor, as facções monárquica e republicana eram então, respectivamente, comandadas por Pedro Teotónio Pereira e Manuel Rodrigues.

³¹ V. Irene Pimentel, *op. cit.*, p. 423.

³² Cit. por Irene Pimentel, *op. cit.*, p. 181, o relatório da comissão liquidatária que em 1975 levou a cabo a extinção da OMEN não é tão desfavorável: afirmando por um lado que a acção do organismo «dirigida à Mulher enquanto Mãe e Dona de Casa, era caracterizada por um certo espírito paternalista e desenvolvida nos moldes tradicionais, não criando condições propícias para a sua libertação»; mas reconhecendo, por outro lado, que a OMEN tinha «acompanhado o sentido do tempo», tendo a actividade dos seus centros de formação social rural sido frequentemente positiva «para a época», ao «incentivar toda uma cultura local em conjunto com as populações, procurando em regra nada impor, antes responder aos anseios das massas». E esta, hem?, diria talvez Fernando Pessa...

³³ V. Irene Pimentel, *op. cit.*, p. 423.

uma vontade do regime ab initio unificada e consciente de si. Felizmente, o livro de Irene Pimentel abunda em preciosas informações favoráveis a uma visão do sucedido diversa e mais rica do que a da que ela em certos passos nos propõe.

6. Da Mocidade Portuguesa Feminina — inicialmente integrada na OMEN, mas que desde cedo começou a autonomizar-se e a distanciar-se, tendo à sua frente mulheres quiçá mais activas e não (ou menos) umbilicalmente ligadas a meios tradicionalistas monárquicos — a nossa autora diz que «foi menos elitista e possibilitou uma maior mobilidade ascendente na sua hierarquia»: atingindo muitas dirigentes suas os escalões superiores da organização, «independentemente da origem social, e sendo a sua [dela, MPF] cúpula dirigente, constituída maioritariamente por professoras dos ensinos primário e secundário [...] mais numerosa e profissionalizada do que a da organização-mãe». Ainda a propósito das origens, conta-nos que esta mocidade feminina, onde terá predominado gente oriunda das pequena e média burguesia, deu azo «nos primeiros anos de vida [...] a tensões com a Igreja, que chegaram a ser particularmente agudas em 1938, quando o ministro tentou silenciar o movimento escutista». De acordo com Irene Pimentel, o regime salazarista, em plena guerra de Espanha, atravessava, desde 1936, o seu período de maior «crispação fascizante» (expressão de Fernando Rosas), despertando na Igreja o receio de que «objectivos totalizantes» e uma tendência acentuadamente estatolátrica viessem a imprimir-lhe carácter. Mas — acrescenta — «Carneiro Pacheco acabou por assegurar a relativa passividade daquela instituição [a Igreja] ao recrutar para as suas organizações de mulheres e da juventude dirigentes escutistas e das associações da ACP (Acção Católica Portuguesa) e ao deixar que estas impusessem na MPF uma linha pretensamente 'apolítica' fundada na religião e na moral católicas»³⁴. A este respeito, cumpre, todavia, observar o seguinte:

- Primeiro (e sem proceder a uma detida análise, que aqui não cabe, daquilo em que terá consistido essa «crispação fascista»), que, tanto política como ideologicamente, o regime salazarista começou a «crispar-se» notavelmente em 1935, ou seja, bem antes do início da guerra civil espanhola;
- Depois, que esta guerra não impediu o convívio das organizações femininas do Estado Novo com o Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas nem a tolerância do regime para com a AFPP, Associação Feminina Portuguesa para a Paz (de inspiração comunista), sucedendo que só bem mais tarde viriam ambas estas entidades a ser autoritariamente extintas, em 1947 e 1948, quando começava a «guerra fria» e Portugal entrava no período a que Irene Pimentel sugestivamente chama

«anos de chumbo», os quais também assistiram a um grande endurecimento da repressão policial, à sujeição a medidas de segurança dos condenados por crimes políticos e à manifestação, no plano da cultura, de tendências propriamente reaccionárias como a que terá animado um ministro da Educação, Fernando Pires de Lima, na luta que se lhe atribui contra a feminização do ensino;

- E, enfim, que, não tendo o governo esperado por 1938 para dotar a OMEN e a MPF de dirigentes católicas, essa sua decisão, olhada com bons olhos pela Igreja, não fez com que todos os temores desta como por encanto se esfumassem nem a demoveu de desenvolver as organizações próprias (as ligas e as juventudes escolares, universitárias, operárias, agrárias e independentes), que sempre constituíram para ela a melhor garantia contra a invasão e a opressão estatais. Aliás, protagonistas da oposição católica às tendências estatizantes que serpentearam no regime salazarista não o foram só a hierarquia, os seus porta-vozes (por exemplo, o jornal *Novidades*) e instituições como as juvenis acabadas de mencionar, mas também — e para não sair do nosso tema — os indivíduos — pais e mães, professoras e professores — que nas escolas e em torno delas agiram em prol dos direitos da Igreja e da família na educação. A história da MPF contada por Irene Pimentel é a história da sua luta com a escola, começando esta por resistir e por conter o dinamismo «totalizante» daquela e acabando por dela triunfar em quase toda a linha quando as «mocidades» (tanto a masculina como a feminina) deixaram de ser obrigatórias a partir do 5.º ano do ensino secundário (em finais da década de 50) para anos mais tarde passarem a ser sempre facultativas, antes de um ministro de Marcello Caetano (Veiga Simão) as marginalizar definitivamente, já na década de 70, ao confiná-las no domínio das actividades circum-escolares...

Nas escolas e nas famílias é claro que não foram só católicos quem contra a MPF e a MP ou contra excessivas pretensões dela se bateu, mas também muita outra gente, monárquicos e republicanos de várias famílias e ora pais ora professores (incluindo directores de importantes estabelecimentos de ensino), cuja influência no Ministério da Educação terá por vezes sido bastante grande, obtendo ganho de causa em importantes questões³⁵, e entre os quais não devem ter sido poucos os adeptos do laicismo cultivado pela I República... Mas não deve pensar-se que razões ideais e fidelidades políticas

³⁵ Id., *ibid.*, pp. 388-398, onde se expõem vários conflitos entre a MPF (frequentemente representada pela comissão nacional) e reitoras de liceus ou directoras de escolas, tendo por objecto o associativismo escolar, a posição da MPF e do seu pessoal nos estabelecimentos de ensino, o incumprimento de directrizes por ela emanadas, a questão dos horários, etc., conflitos esses perante os quais o Ministério da Educação se inclinou ora para um lado ora para outro, tendendo, porém, a partir de meados da década de 50, a limitar cada vez mais a esfera de acção da Mocidade.

estiveram na raiz de todas as lutas entre a escola e a MPF. Bem pelo contrário, o texto da nossa autora também nos introduz, sucintamente embora, na contem-
plação de conflitos de interesses profissionais³⁶, de engarrafamentos burocráti-
cos ou de querelas de aparelhos político-administrativos, como os dos Ministé-
rios do Interior (tutor da assistência) e da Educação Nacional. Mas adiante.

Tudo somado, a parte narrativa do trabalho de Irene Pimentel é bastante rica, abre largas portas sobre os universos estudados e está mesmo a pedir que a própria autora ou alguém retome as investigações em que assenta. Muito con-
viria, sobretudo, aprofundar o nosso conhecimento das posições assumidas pelas
dirigentes da MPF e da OMEN perante as inflexões — por vezes autênticas
viragens — comandadas por sucessivos ministros, relacionadas com as vicis-
situdes da política interna e internacional, e devidamente assinaladas pela nossa
autora³⁷. Muito instrutivo será, por exemplo, prescrutar atentamente o I Con-
gresso da MPF (1956), cujas conclusões não devem ter correspondido às
íntimas preferências de algumas dirigentes da organização (a começar, muito
provavelmente, pela própria Maria Guardiola), forçadas a fazerem boa cara a um
mau jogo muito do agrado de certas outras³⁸; congresso esse em cujas teses
e debates, mesmo se marcados por grande cautela política, talvez se achem
importantes indicações sobre as tendências em presença e as lutas em curso,
envolvendo elementos da organização e sectores do regime ou da máquina
estatal.

Resta saber, no entanto, neste como noutros casos, até onde é que as
fontes deixarão a pesquisa chegar...

7. Aqui estou pela minha parte a aproximar-me do fim, devendo, para
terminar, pronunciar-me sobre as conclusões a que Irene Pimentel chegou
no termo da sua investigação; as quais são de duas ordens, dizendo respeito
uma à natureza do regime salazarista e a outra às duas organizações em
apreço, bem como à elite feminina que nelas actuou e à política do Estado
Novo relativamente às mulheres. Ora vejamos:

- a) Quanto à mais geral, Irene Pimentel — tendo na introdução adoptado
a teoria do totalitarismo de Hannah Arendt³⁹ e evocado as posições
assumidas por vários autores (Hermínio Martins, Manuel de Lucena,

³⁶ Por exemplo, entre as professoras de educação física da MPF e as formadas pelo INEF, preferidas por muitos directores de escolas que achavam aquelas incompetentes (id., *ibid.*, p. 307).

³⁷ Sobre as diversas fases da MPF, referidas logo à entrada desta recensão, v. id., *ibid.*, pp. 217-218. Sobre as fases da OMEN («da reeducação das portuguesas à educação familiar rural»), v. pp. 146-148.

³⁸ Do congresso saiu, com efeito, uma resolução de acordo com a qual a MPF passaria a só ser obrigatória até ao 3.º ano do liceu, mas houve quem se manifestasse em favor de uma voluntariedade integral (id., *ibid.*, p. 228).

³⁹ Id., *ibid.*, pp. 16-17.

Manuel Braga da Cruz, Fernando Rosas, António Costa Pinto...) envolvidos na já velha discussão em torno da natureza do regime salazarista⁴⁰ — propõe o seu contributo, que consta de duas proposições:

- De acordo com a primeira, o Estado Novo não foi totalitário. Eis o que não suscita a mais pequena objecção, resultando como resulta, sem sombra de dúvida, de tudo quanto ela nos conta. Mas eis o que também nenhuma novidade traz, constituindo até doutrina largamente dominante no nosso país e no estrangeiro. Mas a nossa autora não se fica por aqui;
- Com efeito, logo acrescenta que, embora não totalitário, o Estado Novo foi um regime tirânico. Para se entender esta afirmação convém lembrar que, para alguns autores, o totalitarismo constitui uma tirania, violência arbitrária, caprichosa, ilegal, no fundo destruidora do direito, mesmo quando se desentranha em (e se cobre de) leis. Ora é aqui que entra Hannah Arendt, elevando-se contra a concepção «tirânica» do totalitarismo na obra que às origens deste último dedicou⁴¹. A questão não é, todavia, simples nem deve considerar-se arrumada, sequer dentro do pensamento arendtiano, que, a meu ver, fornece fortes argumentos para aproximarmos totalitarismo e tirania. Não entrarei aqui nesta discussão não só por óbvia falta de espaço, mas também porque Irene Pimentel não desenvolve o tema, nem cabia no seu projecto desenvolvê-lo, sobretudo a partir do momento em que, acertadamente, excluiu o regime salazarista da lista dos totalitários. Mas, por outro lado, acho que erra ao incluí-lo no das tiranias. Num conceito distinto (que a não aparente mais ou menos vagamente com autoritarismo, despotismo ou autocracia), o que caracteriza a tirania é o desenfreado arbítrio, confinante com puro capricho, e envolvendo, como já disse, a destruição do direito — e com ela a do Estado, pois um não vai sem o outro. Ora o totalitarismo salazarista, configurando porventura um despotismo bifronte (ora conservador ou, até, reaccionário, ora jogando no desenvolvimento e na modernização), nunca deixou de constituir um corpo político essencialmente jurídico e estatal... Não é infrequente ouvirmos falar em Estados tirânicos, mas trata-se, em rigor, de uma expressão contraditória;

- b) Quanto aos temas objecto da sua tese de mestrado e ao estudo dos quais deveras se entregou, as conclusões de Irene Pimentel situam-se

⁴⁰ Id., *ibid.*, pp. 17-20.

⁴¹ V. Hannah Arendt, *The Origins of Totalitarianism*, Harcourt, Brace e World, Inc., Nova Iorque, 1951, 3.^a ed., 1966.

em diversos planos, não têm todas o mesmo alcance nem igual consistência e não é possível examiná-las exaustivamente aqui. Ao ler o capítulo que lhes é dedicado⁴² vi-me — e agora, ao retomá-las para sobre elas opinar, vejo-me — perante uma tarefa algo complicada, já que, em alguns casos, só até certo ponto concordo com elas, ao passo que noutros tenho de reconhecer, ao delas discordar essencialmente, que não deixam de conter partes de verdade que convirá não desprezar. A meu ver, esta persistente ambivalência resulta sobretudo de duas causas, actuando ora juntas ora separadas:

- Por um lado, do conflito entre o realismo e a honestidade da autora, que a obrigam a ver e a não calar muitos factos susceptíveis de beneficiarem a imagem do Estado Novo salazarista (ou de aliviar culpas do seu cartório), e uma visível antipatia por esse regime, que a leva ora a só de modo algo contrafeito reconhecer esses factos, resistindo às vezes a deles extrair necessárias conclusões, ora a «compensar» o seu reconhecimento com a emissão de juízos expeditivos excessivamente negativos ou então infundamentados (valham o que valerem) por não resultarem de precedentes exposições da matéria de facto;
- Por outro lado, da tentação em que a autora às vezes (atenção: nem sempre) cai, e que já atrás referi, de conceber o regime salazarista ou organismos por ele instituídos como blocos monolíticos dotados de uma vontade firme e visando, unânimes, determinadas intenções.

Quase tudo aquilo com que não concordo ou me suscita sérias reservas procede de uma destas fontes ou da sua acção conjunta. Passando aos devidos exemplos, o desacordo ou a reserva acontecem-me quando Irene Pimentel:

- Afirma, sem qualquer nuance, que, «na ditadura salazarista, a maioria dos homens e das mulheres não tinha acesso aos bens económicos, sociais e políticos», quiçá para compensar o reconhecimento [logo a seguir] de que «embora antifeminista foi o Estado Novo que atribuiu pela primeira vez em Portugal o direito de voto e de elegibilidade às mulheres, sob certas condições, e que erigiu uma elite feminina com intervenção política pública», não travando «nenhum pretensão processo de modernização anterior» e não tendo «a presença da mulher no mercado de trabalho [sofrido] qualquer ruptura na passagem do regime republicano-liberal para o salazarista»⁴³;

⁴² V. Irene Pimentel, op. cit., pp. 399-416.

⁴³ Id., ibid., pp. 400-401.

- Denuncia o elitismo do Estado Novo, correspondente a uma «vontade de manter compartimentações sociais estanques, sem mobilidade social, profissional e política»⁴⁴, o que se afigura pelo menos altamente excessivo, sobretudo a quem se lembre das origens humildes de alguns dos homens mais notáveis do regime;
- Garante que o mesmo regime «quis afastar as raparigas do liceu», destinado a criar uma elite masculina, «e integrá-las em cursos técnicos [...] onde elas se formassem como enfermeiras, parteiras, assistentes sociais, educadoras familiares ou professoras primárias», com a veleidade «de estabelecer uma educação especificamente feminina», objectivo só em parte atingido «através da MPF»; ao passo que a OMEN terá colaborado numa política desejosa de que «as mães das classes sociais baixas obtivessem um mínimo de educação — para poderem, por seu turno, educar os filhos e não os deixarem morrer na primeira infância»⁴⁵. Ora a própria história das referidas organizações contada por Irene Pimentel convida os leitores a não aderirem a tão radicais conclusões, manifestamente injustas para os ministros da educação a partir de Leite Pinto (meados da década de 50) e excessivas para tempos mais recuados, em que os referidos desígnios, imprimindo embora algum carácter à política prosseguida, não foram objecto de fé unânime no seio do regime e das instituições em apreço. E, a propósito: Irene Pimentel também terá boas razões para ligar a acção da OMEN na sua última fase — que privilegiou a formação social rural, marcada pelos discursos ruralizantes da condessa de Penha Garcia⁴⁶ — aos interesses do que chama lobby agrário, «tentando suster desesperadamente o êxodo rural através do ensino de ‘técnicas agrícolas modernas’, de formação de uma nova ‘classe rural’ e da manutenção da natalidade alta no seio das famílias rurais». Eis o que não passará de um palpíte, mais ou menos verosímil, até se estabelecer a existência de ligações concretas entre a OMEN e os ditos interesses;
- Enfim, pois não posso alongar-me mais, quando — achando que a OMEN, instrumento de despolitização «pretendeu sobretudo preencher um espaço e deixar um vazio à volta deste»⁴⁷ — acaba por

⁴⁴ Id., *ibid.*, p. 399.

⁴⁵ Id., *ibid.*, p. 403.

⁴⁶ Id., *ibid.*, pp. 168-173.

⁴⁷ Id., *ibid.*, 407, onde também diz que — possivelmente com alguma, mas não toda a verdade — «a OMEN não foi realmente nem assistencial nem educativa, limitando-se a ocupar algumas senhoras da aristocracia e esposas de governantes, a catequizar algumas mães, a praticar de forma paternalista e moralista alguma caridade pontual e a contribuir para que não houvesse uma efectiva assistência materno-infantil da parte de um estado não providencial».

meter a MPF substancialmente no mesmo saco, ao concluir que o Estado Novo «contou efectivamente sempre com uma elite feminina obediente, sem veleidades de formular ideias próprias ou desejos de maior autonomia»⁴⁸. Eis o que contradiz não só a tese por ela defendida (v. supra) de que a gente mais dinâmica da OMEN⁴⁹ como que emigrou para a MPF (aí defendendo depois, energicamente, a sua autonomia da organização-mãe), mas também, e muito mais precisamente, juízos formulados no corpo da obra acerca da formação, da acção e das qualidades do pessoal da Mocidade Portuguesa Feminina. Quanto à formação social, por exemplo, Irene Pimentel reconhece que, apesar do «modo elitista e paternalista com que encarava os pobrezinhos», a MPF, ao levar muitas jovens às «enfermarias nuas» dos hospitais e aos lares da terceira idade, bem como a creches e orfanatos, também pretendia dar-lhes a conhecer «a fraqueza, a miséria e a dor do próximo»⁵⁰. E cita um depoimento de Maria de Lourdes Pintasilgo⁵¹ realçando a «repulsa pela mediocridade» que essa formação lhe transmitiu, bem como «o clima de entusiasmo e generosidade, de gosto pelos grandes ideais e de pronto espírito de serviço que as aulas de formação — as colónias de férias e acima de tudo o curso de graduados» — lhe tinham facultado, sem esquecer «a certeza de uma vocação própria da mulher no mundo, base natural em que mais tarde havia de assentar a [sua] vocação ao serviço da Igreja universal». Ora, acrescenta Irene Pimentel, afirmações como estas, publicadas em 1967 na *Menina e Moça*, órgão da MPF, não constituíam excepção desgarrada. Outras «do mesmo teor» já tinham sido produzidas anos antes em entrevistas com antigas filiadas que se tinham evidenciado ao serviço da MPF⁵². E Irene Pimentel parece admitir de bom grado que essa formação contribuiu para uma vida activa pública, autónoma e responsável de pessoas como a futura primeira-ministra e a professora Maria de Lourdes Belchior, por sinal outra das entrevistadas...⁵³.

⁴⁸ Id., *ibid.*, p. 408.

⁴⁹ De acordo com Irene Pimentel, na década de 60 a OMEN, concentrando os seus esforços na formação das famílias rurais, só nos distritos de Braga e de Portalegre terá sido capaz de desenvolver uma acção considerável. Teria assim deixado de ser uma organização nacional. Por outro lado, «a sua elite dirigente também já não era a mesma dos anos trinta», passando a ser constituída «por assistentes sociais e educadoras familiares [...] pouco bem pagas, pouco diferenciadas e desprestigiadas» (id., *ibid.*, p. 407). Mas ficamos sem saber quais foram as consequências desta mudança nas mentalidades e atitudes dessa (nova) elite.

⁵⁰ Id., *ibid.*, pp. 317-318. A última expressão citada é do Boletim do MPF de Outubro de 1940.

⁵¹ Id., *ibid.*, p. 262; v. também *Menina e Moça*, número comemorativo de 1967.

⁵² V. *Menina e Moça*, 1963.

⁵³ V. Irene Pimentel, *op. cit.*, p. 264.

Assim, uma vez mais as exigências da história, presa à descoberta dos factos, se sobrepõem neste livro a conveniências ideológicas que não deixam de repontar⁵⁴. Mas não estou a querer sugerir com um elogio ambíguo que, acerca da(s) elite(s) feminina(s) do Estado Novo, as conclusões de Irene Pimentel sejam completamente de enjeitar. Muito pelo contrário, ela deve ter bastante razão quando salienta que a relativa autonomia das organizações em apreço se exerceu num espaço com «pouca influência política, facto que, por outro lado, também originou a inserção das jovens da MPF no mundo feminino tradicional e não no mundo da juventude, ao contrário do que se passou na Itália e na Alemanha dos anos trinta»⁵⁵. Eis o que era de esperar, por rimar quer com a vontade salazarista de fazer com que os portugueses vivessem «habitualmente» — vontade essa à qual o tumulto das mobilizações fascistas muito repugnava —, quer com o temor do fascismo e do nazismo de uma Igreja católica que à OMEN e à MPF tantas dirigentes forneceu. Mas, não se contentando com deduções doutrinárias, Irene Pimentel deu-se ao trabalho de comparar as juvenis estruturas em questão (registando muito em especial a profunda hostilidade das portuguesas a qualquer esboço de militarização, de masculinização ou sequer de convívio frequente entre os sexos), bem como ao de averiguar a escassez e a falta de profunda intimidade dos contactos que realmente se estabeleceram entre as de Salazar e as de Hitler e Mussolini. Diferente foi o caso da amizade com a SF, Secção Feminina da Falange espanhola, de Pilar Primo de Rívera, com a qual o intercâmbio foi frequente, sem no entanto excluir importantes distâncias. Nisto é que já não entrarei. Mas recomendo a leitura dos instrutivos capítulos sobre influências externas e sobre as relações internacionais da OMEN e da MPF que Irene Pimentel escreveu⁵⁶. E encerro esta leitura de um livro onde aprendi bastante, sugerindo à autora que em próxima edição inclua mais um parágrafo comparativo, dedicado ao que foi a organização das mulheres soviéticas. Espero que ela me perdoe esta pequena e bem-intencionada provocação.

⁵⁴ Outro bom exemplo desta renitência ocorre em matéria de educação física e desporto. Como atrás se viu, Irene Pimentel salienta o papel cada vez mais importante que, apesar de todas as prevenções e limitações (devidas a moralismos e ao temor da masculinização), a prática desportiva foi assumindo entre as actividades da MPF. Não obstante, recusa-se a admitir francamente o papel modernizador neste domínio desempenhado pela organização, pretextando não ter sido ela a introduzir essa prática nos estabelecimentos de ensino; e dizendo que «se limitou a preencher um espaço já anteriormente ocupado, para responder às necessidades das jovens, atenuando, por um lado, os aspectos considerados ‘pagãos’, ‘imorais’ ou ‘exibicionistas’ da educação física e monopolizando, por outro lado, a sua prática, orientação e fiscalização nas escolas» (id., *ibid.*, p. 308). Há muita verdade nestes dizeres, mas não tem a ver com o ponto.

⁵⁵ Id., *ibid.*, p. 408, onde também afirma que tinha, além de escassa influência política, «pouca importância». Aqui volto a não concordar.

⁵⁶ Id., *ibid.*, pp. 140-146 e 358-377, respectivamente.